Senhor, nº 100-101, 23 de fevereiro de 1983, pp. 5-9

SENHOR

Querendo ou não, somos Terceiro Mundo

Nem Reagan nem o FMI vão mudar nossa política externa, diz Guerreiro

José Carlos Bardawil e Luís Mir

O ministro Ramiro Saraiva Guerreiro, 64 anos, reúne, indiscutivelmente, as qualidades mais decantadas do profissional da diplomacia. É sóbrio nos trajes e nas atitudes, evita com requintes verbais quaisquer declarações comprometedoras e, acima de tudo, articula fatos políticos com grande conhecimento de causa e profundo pragmatismo. A essas características da grande estirpe diplomática, ele junta, ainda, algumas outras muito particulares – que só lhe aumentam as condições para um bom trabalho. Sua fala, por exemplo, é quase um sussurro. Isto lhe permite dizer as coisas mais contundentes no tom casual de quem está apresentando cumprimentos a um desconhecido. E Guerreiro é, ainda, um interlocutor envolvente, em flagrante contraste com suas frases geralmente discursivas e genéricas. Por isso mesmo, faz amizades poderosas, com invejada facilidade.

É assim, em essência, o homem que desde 1979 dirige os destinos da diplomacia brasileira. Era uma tarefa para glórias fáceis, no início do governo Figueiredo – quando todos consideravam a política externa não-alinhada e independente, de que Guerreiro foi um dos formuladores, em 1974, o trunfo mais valioso dos governos militares pós-64. Agora, porém, essa política vem enfrentando críticas e a vigilância crescente do próprio aparelho estatal – ao que se sabe como decorrência direta da crise econômica e dos esforços contrários da diplomacia norte-americana.

P – *Num quadro de severa crise econômica, o senhor ainda considera possível manter a política externa não-alinhada e independente?*

R – Olhe, eu acho que há aí dois planos. Um é o da política propriamente definida em termos de diretrizes, de princípios a aplicar, e não sofre qualquer modificação. O que pode mudar está no plano das dificuldades práticas, por causa da redução dos meios de atuação. Por exemplo: muitas vezes, desejaríamos estender créditos a países carentes, ou estimular a nossa exportação para certos mercados. Ou algumas vezes teríamos muita vontade de desenvolver a cooperação técnica com determinados países. E para isso agora podem nos faltar recursos orçamentários.

Agil

Ele conversa sempre com Medeiros

P – *O senhor disse que a política externa não sofreu qualquer modificação. Mas ela já se modificou essencialmente. Pelo menos no que se refere ao relacionamento com os Estados Unidos . . .*

R – Não creio. Eu sempre disse que o quadro geral das nossas relações com os Estados Unidos é muito bom, apesar das controvérsias sobre muitos pontos e certas divergências comerciais. Mas isso é normal que haja, mesmo entre os países mais amigos.

P – *No entanto, uma graduada fonte do governo ainda recentemente confidenciava que a política terceiromundista do Itamaraty já não se adapta aos tempos de hoje, em que o Brasil precisa, cada vez mais, do apoio norte-americano para poder pagar seus compromissos internacionais. E dizia mais: que era preciso, senão acabar com essa política, pelo menos impor-lhe uma meia-trava, um amaciamento. Esta meia-trava se deu a partir da visita do presidente Reagan ao Brasil?*

R – Esse comentário que você ouviu, para mim, é simplesmente incompreensível. O Brasil é um país do Terceiro Mundo, isto é um fato. É também um país que tem uma presença internacional limitada, embora em várias regiões, e com interesses muito variados. Portanto, é natural que a sua política externa reflita essa variedade de interesses e esta ampliação do âmbito geográfico de sua presença, de uma forma ou de outra. Isto não tem nenhum aspecto negativo do ponto de vista das nossas relações com os Estados Unidos. Para mim, este comentário é uma brincadeira.

P – *E seria também brincadeira a informação de que um grupo de empresários brasileiros, do qual fez parte o sr. Mário Garnero, foi aos Estados Unidos, e, quando voltou, teve contatos no Palácio do Planalto colocando essa questão, de que o Brasil tinha de parar um pouco com essa política terceiromundista, sob pena de não poder contar com a ajuda decisiva do governo Reagan, para sair de suas atuais dificuldades?*

R – Quanto a isso, creio que é normal, na nossa estrutura social, que em qualquer grupo qualquer pessoa tenha as opiniões que quiser.

P – *Mas, segundo se sabe, o Planalto aceitou as ponderações desses empresários e a política externa brasileira já mudou bastante durante a presença de Reagan no Brasil . . .*

R – Vamos dizer que haja opiniões nesse sentido, motivadas por uma razão ou outra. Isto é perfeitamente

normal. Nós teremos sempre, no País, acredito que cada vez mais, opiniões as mais variadas. A mim, o que me interessa e me orienta são duas coisas: primeiro, é o presidente da República, que é o responsável pela política externa. Eu sou o seu auxiliar neste assunto. Ora, nada disso que você está dizendo se refletiu jamais em qualquer conversa, atitude ou instrução do presidente da República. Portanto, para mim, é como se não existisse.

P – *O senhor assegura que não houve nada nesse sentido em suas conversas com o presidente?*

R – Exatamente. Em segundo lugar, durante a visita Reagan, eu estive presente, e os serviços do Itamaraty acompanharam tudo em praticamente todos os seus aspectos. Afinal, a principal pessoa, do ponto de vista das relações internacionais dos EUA (o secretário de Estado), entrou em conversa comigo; e teve conversas, em conjunto, com outros ministros brasileiros e ministros americanos, num encontro de ministros, em que estávamos os dois presentes. Além disso, eu estive presente às conversas de trabalho dos dois presidentes, dos dois chefes de Estado, exceto no período em que eles conversaram em separado. E mesmo nesse caso, como é hábito nosso, o presidente da República comenta com seu ministro do Exterior se há alguma coisa relevante a transmitir, pois que o seu ministro do Exterior é o executor da política externa e, no dia que ele quiser que não seja, ele o manda embora. E eu suponho que, do lado americano, houve a mesma coisa. Então, para mim, tudo o mais é de todo irrelevante. Agora, opiniões divergentes da que eu tenho eu respeito completamente, acho normal, e as haverá de todo o tipo, de toda a natureza.

P – *O senhor então, não aceita o argumento de que essa política terceiromundista é muito progressista para um país como o Brasil, que tem dificuldades ainda concretas de pagar as suas dívidas, e que teria por isso mesmo que ter uma atitude, digamos, menos independente, segundo se diz, em relação ao grande irmão do Norte?*

R – Em primeiro lugar, toda a semântica desse raciocínio é meio esquisita, porque terceiromundismo, como uma opção política, não existe em nenhum país. Eu creio que aí há uma confusão, eu já tenho mencionado isto publicamente, várias vezes, em entrevistas. Ora, o Terceiro Mundo, em primeiro lugar eu preciso ver do que é que se trata: houve um escritor francês, Sauri, se não me engano, que fez uma análise simples, cartesiana do mundo, naturalmente, como toda síntese, na base de uma certa simplificação. Então, ele disse: há um mundo desenvolvido, industrializado, de economia de mercado, que geralmente é democrático ou tende a ser, etc. Há um segundo mundo, também desenvolvido, industrializado, de economias centralmente planificadas (são os países socialistas da Europa Oriental, a URSS) e há este terceiro mundo todo, que é o resto do mundo, subdesenvolvido, com tais e tais características, que tem tendências, freqüentemente, na maioria das vezes, para regimes autoritários, etc. Então, a idéia era uma descrição factual, não era uma questão de opção política. Ora, o Brasil não é primeiro mundo, nem segundo. Sobra o terceiro. É apenas nesse sentido que se pode falar de Terceiro Mundo, pois o Brasil é um país em desenvolvimento. Agora, o que a política externa de qualquer país deve refletir é aquilo que o país é. Por isso mesmo, por exemplo, nestas grandes divisões que se refletem em termos operacionais, nos organismos internacionais, o senhor tem a seguinte situação: o Brasil é membro do Grupo dos 77 (do grupo dos países em desenvolvimento) para as grandes negociações, discussões temáticas, etc., relativas ao diálogo Norte-Sul, e nem podia ser de outra maneira. E nós seríamos apenas ridículos se pensássemos em ter uma participação nessas negociações como membros do grupo desenvolvido, que não somos. Inclusive, seria normal atribuir-se a nós, então, certas responsabilidades que não teríamos condições de satisfazer.

> **Temos as nossas divergências com os EUA, mas eles entendem que isso é natural**

P – *Como, por exemplo, ter dinheiro em caixa para dar ajuda aos outros?*

R – Por exemplo atender ao objetivo de que os países desenvolvidos dediquem 0,7% do seu PNB à cooperação, à ajuda aos países em desenvolvimento. O Brasil poderia assumir esta responsabilidade? Não, claro.

P – *O senhor acha, portanto, que o Brasil é um país do Terceiro Mundo mas que isso não significa uma opção política terceiromundista, seria isso?*

R – O que eu digo é que ser do Terceiro Mundo é uma questão de fato para o Brasil. Não é de volição, de opção política. Então, há um plano, em termos muito gerais, em termos das negociações multilaterais, no qual somos do Terceiro Mundo. Por exemplo, no plano do diálogo Norte-Sul, das discussões entre os subdesenvolvidos e os desenvolvidos, de que lado nós temos de estar? Evidentemente, o próprio Grupo dos 77 tem divergências internas muito grandes, às vezes táticas. Nós participamos dessas discussões, das tentativas de estabelecer uma plataforma coerente desses países. Uma coisa é o Terceiro Mundo, países em desenvolvimento, negociações Norte-Sul. Outra é o movimento não-alinhado, que é outra coisa. O movimento não-alinhado é um movimento resultante de uma opção política, de uma volição, de uma decisão dos governos; de um certo objetivo que surgiu num quadro de rígida bipolaridade. Nos anos 50, por aí. Este, sim, é um movimento político, de decisão política, em que o Brasil é observador, embora 15 países latino-americanos sejam membros plenos ou estejam para ser (dois deles), o que completaria 15. E é um movimento, inclusive, ao qual podem pertencer países até desenvolvidos. Pode acontecer; a Iugoslávia, por exemplo, é um país que está ali, naquela zona ambígua, talvez mais próxima, até, de um nível de desenvolvimento de Segundo Mundo, do que nos do nível de desenvolvimento do Primeiro Mundo. De modo que eu acho que aí há uma confusão . . .

P – *No que se refere aos interesses do governo Reagan na América Central, a política brasileira de firme defesa da não-*

intervenção em assuntos internos de outros países não estaria contra os interesses do governo americano? Por exemplo, em El Salvador e na Nicarágua?

R – Mas é preciso considerar o seguinte: cada parte tem suas razões. Nós temos tido uma atitude com relação à situação da América Central de não intervenção. Nós não pretendemos intervir, achamos que os países desta área é que têm de resolver os seus próprios problemas e negociar entre si para evitar que isto os leve a conflitos locais e assim por diante. Esta é um pouco a posição da América Latina, em geral. Já os EUA sempre tiveram uma grande influência na América Central. Os fatos que se desenrolam agora são o resultado de uma longa história. Eles decorrem de certas estruturas econômicas, sociais, hábitos, interesses muito antigos. Os EUA não podem deixar de ter um interesse real nessa região, inclusive pode afetar a sua própria segurança e nenhum dos países latino-americanos tem tomado uma atitude de achar que os EUA tenham de ficar inermes ou desinteressados dessa região. O que eles têm dito, e o Brasil, particularmente, é que não vêem como isso possa ter uma solução duradoura, se não forem reconhecidas as verdadeiras causas da situação e atacadas devidamente.

P – *Pelo menos nesse ponto, portanto, há uma divergência entre o Brasil e os EUA?*

R – Aí, talvez, sim.

P – *Porque, segundo se sabe, os norte-americanos acreditam muito numa solução militar nesse momento, para só posteriormente haver a solução política.*

R – Pode ser que a avaliação deles, no caso de El Salvador, seja essa que você está dizendo. Nós não sabemos. Há opiniões muito divergentes a respeito. Mas, seja prioritária e absoluta a necessidade de uma solução militar inicial, como é a posição do próprio governo de El Salvador, ou não, se não houver um encaminhamento político para as resoluções é inútil. A grande dificuldade é que um país que apóia a esse ponto uma das partes, no conflito interno, adquire depois uma responsabilidade enorme com relação à evolução futura dessa parte. Não pode mais se desengajar disto.

P – *Estamos, pois, em termos bem diversos dos de 65, quando o Brasil era um aliado especial dos Estados Unidos e mandava tropas a São Domingos . . .*

R – Agora, nós também temos a mesma atitude, e até muito mais violenta, muito mais negativa, com relação a qualquer forma de apoio a movimentos de rebelião. Achamos que os países têm sua história e eles é que devem ter de cuidar de si mesmos.

P – *Mas, nos redutos norte-americanos da diplomacia, nota-se desconforto em relação ao Itamaraty e as suas posições. Inclusive eles têm tentado um contato direto com o governo brasileiro. Mandaram para aqui o general Vernon Walters, várias vezes, para conversar com o presidente e seus assessores militares. E reclamam que há no Itamaraty um excesso de profissionalismo.*

R – Ora, veja você. Se você conversar por aqui, no Ministério, com Deus e todo mundo, ouvirá opiniões muito divergentes sobre as coisas mais variadas. Mas não pode ser . . . O próprio caso que você cita, o general Walters. É natural. É o que digo sempre: nós sempre dialogamos, e é natural que os americanos tenham uma crítica e nos apresentem essas críticas. E eles têm sido corretíssimos nisso: o próprio Walters, quando esteve aqui, para expor uma série de fatos, os expôs ao presidente da República e eu estava presente. Falam também da missão que esteve aqui para preparar a visita de Reagan, que esteve no Planalto. É uma missão que nós chamamos de escalão avançado, que trata geralmente da logística, dos detalhes. Ela esteve aqui no Itamaraty. O trabalho principal deles, o grosso, nem foi comigo, foi com o Cerimonial. Depois, foi ao palácio, lógico. Olhar, ver onde é, passa por aqui, por ali, quanto tempo vai durar isto, e foi isso. Ora, é cômico esse tipo de crítica, é cômico! Agora, o País não pode ter uma política externa mecânica. Nós temos as nossas diferenças com os Estados Unidos, como eles também têm em relação a nós. Você citou, por exemplo, o caso das Malvinas. Mas como se poderia esperar que os Estados Unidos, uma potência de responsabilidades mundiais, com o problema estratégico fundamental na Europa, em que a Grã-Bretanha é o pivô, com uma tradição de intimidade com os ingleses, como se poderia esperar que os Estados Unidos pudessem ter, em relação às Malvinas, a mesma posição do Brasil, que é um país para o qual a Argentina, seu vizinho, é fundamental?

> **O Walters veio falar com o presidente, mas eu também estava presente**

P – *No entanto, houve essa tentativa norte-americana de desbordar o Itamaraty, de ter um entendimento direto com o Planalto.*

R – Não é só a embaixada americana que faz isso. É uma função normal de qualquer embaixada a de procurar ter contatos em todos os níveis. Os nossos embaixadores lá no Exterior também visitam ministros de outras pastas e se tiverem contatos na Presidência, na chefia de governo do outro país, também mantêm estes contatos – eu mesmo fui embaixador em Paris, tive contatos fora do Quai d'Orsay, muitos, isso é perfeitamente normal. O que é importante é que a posição do país seja unívoca, que haja coordenação interna.

P – *E isto há no Brasil?*

R – Há. Você falou: eles vão ao Planalto, falar com o ministro X, ministro Y, etc. Mas, ora, o governo Figueiredo, o próprio presidente Figueiredo impôs desde o princípio esta norma. Deve ser um governo coordenado em matéria de política externa, não tenha dúvida nenhuma. Eu tenho, inclusive pessoalmente, o que facilita muito, o contato mais natural, mais descontraído, com toda a gente do Planalto, não há o menor problema.

P – *A propósito disso, diz-se o seguinte: que, nos últimos tempos, o governo estaria acompanhando mais de perto a função do Itamaraty, de maneira assim a influenciá-la mais, inclusive através do general Octávio Medeiros, chefe do SNI. É isso o que se fala. Mais: diz-se que ele teria inclusive discutido com o senhor a respeito desse terceiromundismo exagerado do Itamaraty. O senhor confirma esse fato?*

R – Isso tudo é também, de novo, mera fantasia. Porque veja: o que é que acontece? A política externa,

como eu disse, só faz sentido se for unívoca. E eu me esforço para que ela seja, e essa é a posição do presidente, também. O Brasil fala com uma só voz em matéria de política externa. Você não encontrará contradições entre pessoas responsáveis pela política externa. Desde o ano de 1979, quando assumimos aqui, o presidente da República é informado de tudo aquilo que possa ter uma implicação em política externa. Mesmo quando são decisões que eu tomo, porque as circunstâncias requerem e que têm uma implicação, isto é tomado dentro de uma diretriz preestabelecida e aí o presidente é informado. E eu converso, sempre, tanto com o chefe do SNI como com o chefe da Casa Militar e com o secretário-geral do Conselho de Segurança, com o qual temos um relacionamento muito freqüente, sobre uma série de assuntos. Sempre tivemos, hoje mais que nunca, talvez, mas sempre tivemos.

P – *No entanto, é conhecido pelo menos um incidente que teria havido a partir da sua declaração de que o Brasil poderia enviar tropas a Angola para substituir os cubanos. Sua declaração, naquela ocasião, foi mesmo um tanto semelhante à de Andrew Young, dos EUA, segundo o qual "os cubanos são fator de tranqüilidade na África austral"?*

R – Não, não foi. Porque eu não entrei no mérito de coisa nenhuma. Nessa ocasião, uma moça, que trabalhava para uma emissora de televisão de São Paulo, me perguntou se o Brasil iria enviar tropas para Angola para substituir cubanos. Eu disse a ela: isto não está sendo considerado. E ela insistiu: e se Angola pedisse, se a ONU pedisse, uma pergunta desse tipo. Em vez de dizer a ela olha, isso é uma pergunta hipotética, eu não respondo perguntas hipotéticas, eu, como ela insistiu muito, resolvi dar uma explicação em tese, sobre envio de tropas para o Exterior. Eu disse a ela: olhe, qualquer país – veja bem como eu falei – não decide de antemão se vai mandar tropas ou não, para o Exterior, para um país determinado. Ele precisa saber primeiro, naquele momento em que surge o problema, qual é a situação do país, quais são os seus meios, quais são as repercussões internacionais, etc. Então, não faz sentido eu dizer agora que nós nunca mandaremos tropas para a África ou que, pelo contrário, sim, vamos mandar tropas para a África. Isso é uma pergunta que eu não posso responder, porque depende da situação. E em qualquer caso de envio de tropas para o Exterior isso depende de uma análise *in concretum*.

P – *Mas houve realmente um pedido de esclarecimento do general Medeiros?*

R – Não. O que houve foi o seguinte: como os jornais deram a notícia, sem mentir, a rigor, porque eu, em princípio, não excluí o envio de tropas à África, não excluí, aliás, para nenhuma parte, então se criou essa impressão de que eu tinha admitido que o Brasil ia enviar tropas para a África.

P – *Mas o senhor não teve nenhum entrevero com o general Medeiros sobre isto?*

R – Entrevero, não. Ele estava preocupado, o presidente estava preocupado, naturalmente, com as coisas, e aí eu disse: não, o que eu disse foi isso. Aliás, chamei os jornalistas lá em casa no domingo para repetir o que havia dito. Porque é o que eu direi sempre. Se você perguntar, o Brasil vai mandar tropas para o Líbano? Eu digo: olhe, não sei, pode mandar, pode não mandar.

> **Se você perguntar: o Brasil vai mandar tropas para o Líbano? Eu respondo: não sei...**

P – *Diz-se que em todo esse projeto de política externa, universalista, respeitando as condições peculiares de cada país, e partindo sempre o Brasil do respeito absoluto à realidade que existe, Cuba é, digamos, uma concessão a determinados setores duros do governo, que não vêem, não imaginam, não pensam, nem querem saber se Cuba existe. Cuba seria o quitute dado a esses militares para a manutenção da atual política externa. É isso aí?*

R – A nossa posição sobre Cuba é específica do Brasil. Quer dizer, nós respeitamos muito as decisões de outros países latino-americanos em restabelecerem relações, ou terem boas relações ou más relações, etc., mas nós temos, com relação a Cuba, seguido basicamente uma linha de cooperação no campo do açúcar, onde há interesse comum, em certos assuntos das negociações multilaterais econômicas . . . Como Cuba é também um país em desenvolvimento, tem posições muito próximas às nossas, na Unctad, por exemplo. Em todos esses órgãos, temos trabalhado dentro de plataformas negociadas entre todos os países. Mas não temos relações políticas com Cuba. Eu tenho dito que nós nunca nos colocamos como juízes ou professores de outros países, ou emitimos juízos de valor sobre a situação interna de outros países. Não temos feito isso . . . Temos sido muito coerentes nisso. E também não aceitamos que outros países se coloquem na posição de juízes ou de professores e que se atribuam o direito de, diante, por exemplo, de uma situação de guerra civil, de insurgência num outro país, dizer: ah, esta insurgência, esta rebelião é justa, é progressista, ou esta outra não é justa, ela é reacionária, é um contragolpe, e coisas deste estilo. Nós não fazemos isso e não aceitamos que outros o façam, não vemos bem que outros o façam. Agora, quando, além desta atitude de apoio político a insurgências, há (como vários países amigos nossos se queixam e falam) outro tipo de apoio, um apoio logístico, de outra natureza, nós, então, tomamos uma visão muito séria desse tipo de atitude.

P – *Cuba ainda é, na opinião do governo brasileiro, uma exportadora de movimento subversivo?*

R – Sim, sem dúvida alguma, ela toma posições de favorecimento desse tipo de movimento.

P – *Enquanto ela permanecer assim . . .*

R – Para nós será muito difícil restabelecer relações normais, digamos. Nós não interferimos em Cuba. Que ela faça lá o que quiser.

P – *O objetivo fundamental do Itamaraty no Oriente Médio, hoje, é garantir, para o país, um fornecimento seguro de petróleo. Seria correto, então, dizer que fracassou o relacionamento do Brasil com o Iraque, já que, depois de muito esforço brasileiro, não veio de lá o petróleo tão esperado?*

R – Isso é uma forma dramática de colocar as coisas. Na minha opinião, não fracassou nosso relacionamento com o Iraque. Nós sem-

pre tivemos fornecimento de petróleo, mesmo nos períodos em que havia dificuldade de obtê-lo. A prova de que o nosso relacionamento era muito bom e com toda a área é que, na medida em que o Iraque não podia mais fornecer, a Arábia Saudita supriu essa deficiência, inclusive a pedido do governo do Iraque, mas também pela relação bilateral que tem conosco, que é muito boa, sempre foi. As nossas exportações nunca foram muito grandes, mas não diminuíram; se se reduziram um pouco, foi um fenômeno universal.

P – *Estive na Arábia Saudita no ano passado e conversei com alguns brasileiros que lá estavam, e eles falavam na dificuldade tremenda de entrar no mercado, já dominado por outros países.*

R – No caso da Arábia Saudita, é um mercado aberto. É um país típico de economia de mercado, aberto. As barreiras tarifárias e as não-tarifárias são mínimas, é um país aberto, é um país de total competitividade e que paga muito bem. Se você vai a um *shopping center* em Jeddah tem tudo do melhor, de qualquer parte do mundo. O governo da Arábia Saudita não compra, quem compra são os empresários, são os comerciantes.

P – *Mas, então, por que eles compram tão pouco do Brasil?*

R – Aí, nós teríamos, os nossos empresários, de chegar lá com um produto de qualidade comparável ao melhor do mundo, e por um preço competitivo. Quer dizer, você não tem um meio político de alterar a própria política econômica da Arábia Saudita.

P – *E este tipo de colocação é mais ou menos o mesmo em todos os países da área?*

R – Não necessariamente. No caso do Iraque, eles têm comprado certas coisas; há muito mais intervenção do Estado. Mas, mesmo assim, o Iraque procura sempre fazer concorrências para as aquisições das suas empresas estatais na base de qualidade e preço. E nós temos conseguido bons resultados. Por exemplo, a Mendes Júnior obteve a sua estrada de ferro, que é uma obra importantíssima, de 1,300 bilhão, ou algo assim, na base de uma concorrência, e serviu muito bem, tem excelentes relações, é muito benquista pelo governo iraquiano, porque tem cumprido com correção os seus compromissos contratuais, etc. No caso do Iraque, sim, porque, como o governo intervém muito, há um, se você quiser, reflexo do relacionamento político sobre a parte comercial. Mas não a ponto de as autoridades iraquianas fazerem negócios contrários ao interesse do país deles, pelo contrário. E nem nós buscamos isso.

P – *Quer dizer que, em termos de exportação, o Brasil tem de trabalhar mais nas áreas mais fáceis, como a África e a América Latina?*

R – Não, acho que tem de trabalhar todas as áreas. Cada qual dentro das suas características.

P – *Mas estas áreas seriam, digamos, as mais favoráveis para o Brasil?*

R – Na América Latina é natural, nós temos desenvolvido um comércio maior. Até mesmo a exportação de produtos industrializados brasileiros para o Exterior se fez, inicial e principalmente, na América Latina. Foi aí que os nossos exportadores de produtos industriais tiveram as suas primeiras experiências e adquiriram uma maior embocadura, digamos, para a venda no Exterior. Na África também. Evidente que é muito difícil você vender um automóvel nos EUA. A não ser que você tenha, como o japonês, um produto original, que apresenta vantagens de preço e de qualidade, etc. Já num país que não produz, você entra, pelo menos em condição de igualdade com os outros vendedores, o que acontece um pouco na África também.

Não reatamos com Cuba enquanto o país continuar favorecendo a subversão armada

P – *A propósito: o presidente Figueiredo não vai mais à África, este ano?*

R – A ida à África está prevista talvez para o fim do ano. Nesse primeiro semestre, como se pensou inicialmente, já não dá mais. Ia ser um período muito difícil. Aí há limitação primeiro de tempo, quer dizer, período de chuva nos países que ele iria, as próprias autoridades locais não estimulam. Além disso, seria no auge do verão deles, que coincide com o nosso inverno, e eles saem muito, as próprias autoridades.

P – *E as relações com o mundo comunista, socialista?*

R – São as mesmas de sempre, são muito corretas. Nós fazemos um esforço de ambos os lados para ver se desenvolvemos mais as trocas comerciais; houve um certo progresso na possibilidade, por exemplo, de cooperação em assuntos de tecnologia, mas as relações são . . . Não houve nenhuma mudança sensível.

P – *As ideologias conflitantes ainda prejudicam essas relações, não é?*

R – Nós fazemos um tipo de relações adaptado às circunstâncias nossas e às circunstâncias deles.

P – *Mas o Brasil levou azar nesse tipo de relação, no caso da Polônia, não é?*

R – Aí é um problema da iliquidez resultante dos problemas econômicos, e depois sociais e políticos, que a Polônia enfrentou. Mas nós temos esperança de que, no curso do tempo, ela se recupere.

P – *Essa dívida da Polônia com o Brasil não poderia ser paga em mercadorias?*

R – Uma das formas evidentes de reduzir a dívida, é óbvio, é a possibilidade de comprar mais da Polônia. A Polônia tem produtos de que somos importadores, sempre fomos. Basicamente carvão e enxofre. Mas também no campo industrial se pode identificar algo. É mais difícil, mas às vezes se identifica.

P – *Fechando o círculo: o senhor continua insistindo em que a precariedade da economia não inviabilizará a política externa brasileira?*

R – Além das dificuldades operacionais que já citei, não

P – *Além disso, não haverá nenhuma outra influência?*

R – Não há outra influência, simplesmente porque não pode haver. Nós somos por definição um país devedor. Todo país em desenvolvimento acaba devedor. Ele só não será devedor se estagnar de todo. Se se mantiver no mesmo nível, sempre. Agora, o que eu acho é que os princípios da política externa, a atitude geral, não têm por que mudar. Mas há as adaptações, que são quase diárias, embora sem incoerência com a linha geral, com a diretriz.